

Aline Ribeiro

Mestre em Educação pela Universidade de Uberaba
Especialização em Matemática - Estatística e Didática pela FJ
Graduada em Matemática pela UNIPAC
Muzambinho-MG

INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) vem sendo objeto de estudo por parte de pesquisadores e outros profissionais da área e apresenta-se hoje em um papel que há algum tempo não poderíamos ver, pois se encontrava marginalizada. A EJA representa um importante objeto de estudo e de atuação tanto de seus sujeitos, professores e alunos, quanto pelas estratégias pedagógicas adotadas no processo de ensino-aprendizagem (PACHECO, 2006).

A EJA constitui-se em uma modalidade de ensino voltada para sujeitos que, por alguma razão, não tiveram acesso ao ensino regular na idade apropriada e, além disso, é amparada por lei.

Ao longo da história do Brasil, percebemos diversas variações nessa modalidade de ensino, demonstrando que ela está diretamente ligada às transformações políticas, econômicas e sociais, que caracterizaram os diversos momentos históricos do país (LOPES, 2005).

Na época da colonização, a EJA tinha como objetivo principal instrumentalizar a população no ensino da leitura e da escrita. Primeiramente essa postura foi adotada visando permitir que os colonos pudessem ler o catecismo e seguir as instruções e ordens da corte. Em um segundo momento para que os índios pudessem ser catequizados e em um terceiro momento para que as tarefas exigidas pelo Estado pudessem ser seguidas pelos trabalhadores.

Após a expulsão dos jesuítas, no século XVIII, o ensino que era até então estabelecido foi desestruturado e novas iniciativas no âmbito da EJA somente aconteceram durante o Império.

As mudanças políticas e econômicas ocorridas na década de 30 com a Revolução permitiram iniciar a consolidação de um sistema de educação público. No ano de 1934 criou-se um Plano Nacional de Educação mediante a Constituição, que indicava pela primeira vez na história, a EJA como responsabilidade do Estado, oferecendo de forma gratuita o ensino primário integral e de frequência obrigatória para adultos.

Durante a década de 40 várias mudanças políticas e pedagógicas aumentaram o acesso à EJA: a regulamentação e criação do Fundo Nacional do Ensino Primário; a criação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas; o aparecimento de obras dedicadas ao ensino supletivo; o lançamento da Campanha Nacional de Educação de Adolescentes e Adultos, dentre outras iniciativas.

O conjunto dessas iniciativas permitiu que a EJA se consolidasse como uma preocupação nacional. Concomitantemente a essas iniciativas nacionais, movimentos internacionais e organizações como a UNESCO, contribuíram de forma significativa, reconhecendo os trabalhos que estavam sendo desenvolvidos no Brasil e estimulando a criação de programas nacionais de educação dos adultos analfabetos.

Nos dias atuais, com o advento das novas tecnologias, a exigência por mão-de-obra qualificada se faz cada vez maior. Além desse fator, as famílias que viviam na zona rural migraram para os centros urbanos, pois a economia, que era predominantemente agrícola, passou a se concentrar nas atividades de indústria e comércio (LOPES, 2005).

Diante dessa constatação, aconteceu o reconhecimento do analfabetismo como uma problemática, pois com o crescimento do mundo social, econômico e com os avanços tecnológicos, cresce nas pessoas o sentido de obrigação em procurarem a educação como meio de obtenção de emprego e de ascensão econômica e social.

As transformações ocorridas no mercado de trabalho requerem conhecimentos e habilidades específicas, além de uma maior escolarização, o que exige que as pessoas voltem à escola básica para se atualizarem e adquirirem um diploma. Mediante essa realidade, vê-se a criação de diversos projetos voltados para a alfabetização e educação de jovens e adultos. Tanto mais a sociedade avança, maiores são as possibilidades de crescimento profissional, no entanto, aumentam-se também as exigências de uma constante atualização de conhecimentos e habilidades (CARVALHO, 2006)

Observa-se que a necessidade de escolarização é grande na sociedade atual e este fator favorece a educação de crianças e adolescentes, pois aumenta a consciência de pais e cuidadores sobre a importância da educação e da necessidade de manterem seus filhos na escola. Esse movimento nos proporciona, por um lado, pessoas mais escolarizadas, com melhores níveis de vida e por outro, indivíduos mais conscientes, críticos e exigentes.

Para que mudem as possibilidades individuais de educação e para que se tornem universais, é necessário que mude o ponto de vista dominante sobre o valor do homem na sociedade, o que só ocorrerá pela mudança de valoração atribuída ao trabalho. Quando o trabalho manual deixa de ser um estigma e se converter em simples diferenciação do trabalho social geral, a educação institucionalizada perderá o caráter de privilégio e será um direito concretamente igual para todos (PINTO, 2000, p.37).

Ainda é uma ideia bastante recorrente de que a partir de certa idade já é tarde para adentrar novamente no ambiente escolar. Entretanto, a partir de várias experiências é observado que quando os jovens e adultos encontram a garantia de uma educação de qualidade, modificam-se seus relacionamentos e abrem-se novas possibilidades profissionais.

O desenvolvimento da EJA necessita contar com a contribuição dos seguintes seguimentos: governantes, com a implementação de políticas integradas para a EJA; escolas, elaborando projetos adequados para a realidade dos alunos; professores, atualizando seus conhecimentos e metodologias de ensino; alunos, sentindo orgulho e valorizando a oportunidade de estudarem e ampliarem seus conhecimentos; sociedade, abolindo as formas de discriminação dessa modalidade de ensino e das pessoas que conhecem um adulto analfabeto, falando da importância da educação e de se procurar uma escola de Educação de Jovens e Adultos.

Na maioria dos casos, o aluno que se matricula em uma sala de EJA possui uma baixa autoestima, pois sente vergonha de nunca ter estudado ou de ter parado de estudar há muitos anos e também tem medo do ridículo e do desconhecido. Ainda temos como agravante o cansaço e as preocupações que só os adultos têm como pagar as contas ou educar os filhos.

Para que essas situações não comprometam o aprendizado do aluno o educador pode tomar algumas medidas, como mostrar que a iniciativa de retornar aos estudos é um motivo de orgulho e não de vergonha; auxiliar o aluno a visualizar o valor e a necessidade dos estudos na vida cotidiana; desenvolver aulas dinâmicas, atrativas e estimulantes; recepcionar o aluno de forma afetiva, conversar e demonstrar interesse pela vida do educando; demonstrar que a aula é um momento oportuno para a troca de conhecimentos e habilidades de cada integrante do grupo; promover entre os alunos o senso de grupo, estimulando a criação de vínculos (CAVALCANTI, 2007).

Nesse processo, sabemos que o papel do docente é fundamental na reinserção do educando em turmas de EJA e é necessário que esse educador de turmas de EJA possua uma postura diferenciada e que seja capaz de identificar o potencial de cada um.

Educar é muito mais do que transmitir informações sobre uma determinada matéria, é permitir ao aluno a construção de seu próprio conhecimento mediante uma metodologia que considere a realidade desse educando, envolvendo-o de forma atrativa e motivadora no processo de ensino-aprendizagem.

A qualidade do processo de aprendizagem está estreitamente ligada à preparação do professor. Nesse sentido, é necessário que o docente invista em sua capacitação para atuar de forma crítica e criativa na educação de jovens e adultos.

De forma geral, as instituições de ensino preocupam-se com a formação dos docentes, pois reconhecem que essa dimensão é muito importante na qualidade do ensino e da relação professor-aluno. Assim, “a educação de jovens e adultos requer do educador conhecimentos específicos

no que diz respeito ao conteúdo, metodologia, avaliação, atendimento, entre outros, para trabalhar com essa clientela heterogênea e tão diversificada culturalmente” (ARBACHE, 2001, p.19).

A EJA tem como função proporcionar ao educando uma ampla escolarização e auxiliá-lo em sua atuação na sociedade e, não somente, ensiná-lo a ler e escrever. Essa função requer do educador o planejamento de atividades contínuas e de projetos integrados e atentando-se para o objetivo de preparar este aluno para o mercado de trabalho.

Nesse trabalho abordaremos o tema educação de jovens e adultos com deficiência mental. Entendemos que a modalidade de ensino EJA é uma maneira de incluir e possibilitar o exercício de direito e deveres dessas pessoas que estiveram há tanto tempo marginalizadas pela sociedade.

Este conjunto de pessoas sem escolarização básica somente é possível, pois segundo o documento Políticas Nacional de educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (2008), a escola durante a construção de nossa identidade histórica se caracterizou como uma educação que privilegiava um grupo específico da nossa sociedade, a elite.

O direito à educação e inserção no mercado de trabalho são um dos direitos do cidadão. Entretanto, para a colocação de pessoas nesse mercado é requerido um perfil de funcionário que execute diversas funções no ambiente profissional e que seja capaz de lidar com situações complexas e que seja dinâmico. Nesse contexto, o educando com deficiência mental necessita não somente ser alfabetizado, mas preparado de forma adequada para ser inserido no mercado de trabalho (CARVALHO, 2006).

Observa-se que as políticas educacionais não contemplam as necessidades das pessoas com deficiência e, nesse sentido, dificulta-se a educação para o trabalho dessas pessoas, impedindo a inclusão social e profissional.

O processo educativo para pessoas com deficiência mental é algo de importância significativa para a obtenção de sua independência e na conquista de um direito. O Decreto nº 3298 de 20 de dezembro de 1999 assegura a inserção no mercado de trabalho às pessoas com deficiência que tenham escolaridade comprovada.

Mesmo com a existência de leis que garantem essa inclusão, percebe-se que a preparação desses indivíduos para o mercado de trabalho é feita mediante instituições especializadas que não têm como foco principal o desenvolvimento de habilidades para a atuação em um ambiente competitivo e, dessa maneira, não contribui de forma significativa na formação desse indivíduo.

Diversos fatores influenciam as relações com o mundo do jovem e do adulto com deficiência intelectual. O empenho dessas pessoas em aumentarem suas chances de participação social e procurarem o acesso à educação como espaço e instrumento para a ampliação dessa inclusão é algo que merece destaque, no sentido de entendermos os processos de integração e práticas sociais, em especial, no segmento da educação.

A despeito da existência de uma política de educação básica ostensivamente inclusiva, que defende e privilegia o atendimento do alunado com necessidades especiais preferencialmente nas classes de ensino comum e que avança no sentido de atribuir à escola a responsabilidade de adaptação à diversidade desses, ainda são lacunares e pouco explícitas, no contexto da legislação, as formulações acerca da educação de jovens e adultos com deficiência mental, assim como é rara, no âmbito dos debates, a discussão sobre as formas como o discurso e as práticas de inclusão repercutem sobre as possibilidades educacionais vividas por essas pessoas (CARVALHO, 2006, p. 1).

Esses fatores refletem um conjunto maior de políticas voltadas à juventude. A maior parte dos jovens e adultos com deficiência mental ainda se formam em escolas especiais, normalmente ligadas a instituições privadas de caráter filantrópico, o que nos permite perceber a conjuntura educacional dessa população que se encontra referente apenas à educação especial.

A falta de parâmetros oficiais referentes a essa questão e o silêncio em torno dessa problemática podem ser interpretados como produto de suposições a respeito desses jovens e adultos, como a paralização do desenvolvimento nessa faixa etária e também como reiteração do entendimento dessas pessoas como crianças privadas de possibilidades de elaboração sócio cognitivas e afetivas. Assim, o que é colocado como base para a inclusão de crianças é tomado também para a inserção de jovens e adultos com deficiência mental.

As matrículas inclusivas realizadas na modalidade EJA cresceram consideravelmente e podem ser entendidas como resultado das iniciativas no âmbito das políticas. Vemos nesse sentido, a constatação da existência de um movimento de inclusão na educação de jovens e adultos com deficiência mental.

Além disso, reconhecemos também a repercussão dos discursos de inclusão na implementação de novas possibilidades educacionais para esses alunos com necessidades especiais.

Mediante essas constatações observamos que a escolarização de jovens e adultos com deficiência mental realiza-se através do enfrentamento da realidade dos desafios na implementação de uma política educacional.

É nesse sentido que proponho o presente trabalho como forma de desvelar os fatores que se encontram implicados nos conteúdos dos projetos de escolarização dos jovens e adultos com deficiência mental e confrontar esses dados com a prática cotidiana efetivada.

Para esse estudo alguns questionamentos se fazem necessários: como é efetivada a inclusão escolar de jovens e adultos com deficiência mental na modalidade de ensino EJA? Como é a realidade cotidiana vivida por esses educandos? Quais as possibilidades de atuação referente a conhecimentos, valores e comportamentos próprios do mundo jovem e adulto que constituem essa modalidade de educação? Como é a repercussão das potencialidades de aprendizagem e desenvolvimento desse aprendiz? Em

que condições ocorrem as participações desses indivíduos? Como é o acesso e a permanência deles nessas atividades? Como suas vidas são afetadas mediante essas práticas?

Objetivo Geral:

- Delimitar a trajetória da educação de jovens e adultos focando as condições de escolarização e inserção no mercado de trabalho das pessoas com deficiência mental.

Objetivos Específicos:

- Traçar um panorama histórico da EJA no Brasil;
- Discutir as políticas educacionais referentes à educação de jovens e adultos e da inclusão de pessoas com deficiência mental que frequentam essa modalidade de ensino;
- Refletir sobre as possibilidades de inserção desses indivíduos no mercado de trabalho e na vida social de forma cidadã.

Para o desenvolvimento do estudo realizei levantamento bibliográfico de obras e leis referentes ao tema do trabalho. Mediante análise poderemos tecer argumentos que nos permitirão compreender os avanços e recuos da educação de jovens e adultos com deficiência mental.

ASPECTOS HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL

Ao traçarmos a trajetória da educação de jovens e adultos no Brasil percebemos a influência das transformações econômicas, políticas e sociais nessa modalidade de ensino, caracterizando-se de determinada forma nos diferentes momentos históricos do país.

Anteriormente enuncio aspectos importantes na evolução da EJA até a década de 40. A partir dos anos 50 iniciou-se a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo (CNEA), com pressupostos de que simplesmente alfabetizar era insuficiente e fazia-se necessário priorizar uma educação que promovesse alterações significativas nas condições de vida de crianças, jovens e adultos. No início da década de 60 a CNEA sofreu dificuldades financeiras e foi extinta, assim como outras campanhas que estavam em vigor nessa época.

Com a tentativa de encontrar soluções para essas questões foi realizado em 1958 o segundo Congresso Nacional de Educação de Adultos. Nesse evento foram discutidas questões importantes desse processo, como a precariedade dos prédios escolares, a inadequação do material didático e a qualificação do professor. Paulo Freire encontrava-se nesse evento juntamente com a delegação de Pernambuco e propuseram como elementos fundamentais da educação: o diálogo, a valorização das características

socioculturais e a estimulação da participação consciente das classes populares na realidade social. Esse congresso também foi palco de discussões sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação que serviu de base para a elaboração do Plano Nacional de Educação em 1962.

A ideia que foi surgindo foi a de que o processo educativo deveria interferir na estrutura social que produzia o analfabetismo, através da educação de base, partindo de um exame crítico da realidade existencial dos educandos. Na percepção de Paulo Freire, portanto, educação e alfabetização se confundem. Alfabetização é o domínio de técnicas para escrever e ler em termos conscientes e resulta numa postura atuante do homem sobre seu contexto (PORCARO, s/ano, p.2).

As campanhas de alfabetização de adultos ganharam novo impulso na década de 60 devido à associação entre Estado e Igreja Católica. Entretanto, o golpe militar ocorrido em 1964, reprimiu todos os movimentos de alfabetização que estavam ligados aos ideais de fortalecimento da cultura popular. Somente o Movimento de Educação de Bases persistiu devido à sua ligação ao MEC e à Igreja Católica, porém, devido à falta de recursos financeiros, encerrou grande parte de suas atividades em 1966.

O Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) iniciou-se nos anos 70, ainda com a vigência da ditadura militar, objetivando acabar com o analfabetismo em apenas uma década. Posteriormente a esse período foi realizado o Censo e divulgado pelo IBGE o registro de 25,5% de indivíduos analfabetos na população de 15 anos ou mais. Nesse cenário, o programa sofreu adaptações e alterações em seus objetivos, favorecendo uma ampliação na área de atuação para a educação comunitária e de crianças.

Em 1971 foi implantado o ensino supletivo e representou um grande momento na história da EJA no Brasil. Pela primeira vez na história, durante a ditadura militar a educação de adultos adquiriu um estatuto legal, organizada em capítulo exclusivo na Lei nº 5.692/71. Foi estabelecida nessa legislação, no artigo 24, a função do supletivo em preencher a escolarização regular para jovens e adultos que não conseguiram concluir na idade adequada.

Na década de 70, ocorreu, então, a expansão do MOBRAL, em termos territoriais e de continuidade, iniciando-se uma proposta de educação integrada, que objetivava a conclusão do antigo curso primário. Paralelamente, porém, alguns grupos que atuavam na educação popular continuaram a alfabetização de adultos dentro da linha mais criativa. Com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, LDB 5692/71, implantou-se o Ensino Supletivo, sendo dedicado um capítulo específico para a EJA (PORCARO, s/ano, p.1).

No país todo foram criados Centros de Estudos Supletivos propondo uma estrutura de educação do futuro em atendimento a uma sociedade que se encontrava em processo de modernização. De acordo com a necessidade do mercado de trabalho competitivo e da exigência de maior escolarização da população, a intenção era escolarizar o máximo número de pessoas com

o mínimo custo operacional. Não havia a requisição de frequência obrigatória e a avaliação se constituía em dois módulos, em um primeiro momento realizada internamente ao final dos módulos e posteriormente realizada externamente pelos sistemas educacionais.

Com o tempo, essa metodologia encontrou alguns percalços: os índices de evasão foram elevados, devido a não exigência de frequência obrigatória; a socialização dos alunos ficou prejudicada devido ao atendimento ser realizado individualmente; não houve uma conscientização da necessidade do aprendizado pelo aluno, pois essa escolarização representava mais uma busca por uma formação rápida objetivando a obtenção de um diploma e a inserção do mercado de trabalho.

No início dos anos 80, o processo de democratização foi retomado e houve a finalização dos governos militares e nesse contexto, a sociedade brasileira passou por profundas transformações sociopolíticas. No ano de 1985 a Fundação EDUCAR entrou em vigência substituindo o MOBRAL e, no cenário da redemocratização houve uma significativa ampliação nas atividades da educação de jovens e adultos.

Nessa década houve um movimento de estudantes, educadores e políticos em favor da escola pública e gratuita para todos. Em 1988 novos avanços aconteceram para a EJA devido a nova Constituição que assegurava: o ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para aqueles que não tiveram acesso na idade adequada.

No início da década de 90, com o governo Collor, a Fundação EDUCAR foi extinta e a União foi se esquivando da responsabilidade em relação ao EJA e transferindo-a para estados e municípios. Dessa forma, os anos 90 foram marcados pela perda de espaço da EJA nas ações governamentais.

Em contrapartida, a nível mundial:

Nos anos 90, o desafio da EJA passou a ser o estabelecimento de uma política e de metodologias criativas, com a universalização do ensino fundamental de qualidade. Em nível internacional, ocorreu um crescente reconhecimento da importância da EJA para o fortalecimento da cidadania e da formação cultural da população, devido às conferências organizadas pela UNESCO, criada pela ONU e responsabilizada por incrementar a educação nos países em desenvolvimento (PORCARO, s/ano, p.2).

No ano de 2003 o Ministério da Educação anunciou como prioridade do governo federal a alfabetização de jovens e adultos. A meta do governo Lula era erradicar o analfabetismo durante seu mandato de quatro anos e, para isso, foi criada a Secretaria Extraordinária de Erradicação do Analfabetismo. Nesse contexto, o governo lançou o Programa Brasil Alfabetizado. Este oferece apoio aos órgãos públicos estaduais e municipais, instituições de ensino superior e organizações sem fins lucrativos que se ocupam em desenvolver ações de alfabetização.

Diante dessa trajetória e da observação da situação atual dessa modalidade de ensino entendemos que a EJA necessita receber atenção especial por parte dos órgãos públicos e ser concebida juntamente com outras políticas públicas.

Estudiosos e pesquisadores da área assinalam que há uma desarticulação entre as atividades de alfabetização e de EJA e questionam o tempo destinado à alfabetização e a qualidade da formação do professor. A aquisição da leitura e escrita, a mera alfabetização, não garante o direito à educação, é necessário articular políticas de EJA às outras políticas, garantindo à essa população a continuidade no ensino básico, a inserção no mundo do trabalho e a efetivação do direito básico à saúde e qualidade de vida.

Apesar de se detectar uma descontinuidade da EJA ao longo da história, percebe-se que ela está sempre sendo buscada, sempre com a concepção de garantir o acesso à educação a todos, em qualquer idade. Muito já foi feito, muito ainda há que se fazer para seguir esse ideal de oportunidade para todos e equidade social.

A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E O DEFICIENTE MENTAL

As políticas referentes ao atendimento de alunos com necessidades especiais, preferencialmente nas classes comuns, são repletas de lacunas e são pouco claras. No âmbito de debates, a educação de jovens e adultos com deficiência mental são raras, no sentido de se entender como o discurso e as práticas de inclusão produzem repercussão vida educacional dessas pessoas.

A despeito da existência de uma política de educação básica ostensivamente inclusiva, que defende e privilegia o atendimento do alunado com necessidades especiais preferencialmente nas classes de ensino comum e que avança no sentido de atribuir à escola a responsabilidade de adaptação à diversidade desses ainda são lacunares e pouco explícitas, no contexto da legislação, as formulações acerca da educação de jovens e adultos com deficiência mental, assim como é rara, no âmbito dos debates, a discussão sobre as formas como o discurso e as práticas de inclusão repercutem sobre as possibilidades educacionais vividas por essas pessoas (CARVALHO, 2006).

A deficiência mental concebida na perspectiva da psicologia histórico-cultural como uma condição de desenvolvimento particular e com suas peculiaridades em termos de organização sociopsicológica e é resultante da síntese dos aspectos orgânicos, socioculturais e emocionais constitutivos e constituídos na trajetória de vida do indivíduo, para Carvalho (2006),

Enfatizando o caráter dialético da relação entre as dimensões biológica e cultural do processo de desenvolvimento humano, Vygotsky argumenta que, na existência de deficiências, as características orgânicas são transformadas pela formação de novas funções e que, nesse processo, o que é orgânico e causa dos distúrbios não deixará de existir, mas será impregnado pela

cultura, pela emergência de funções qualitativamente diferentes que têm sua origem nas vivências sociais da pessoa (CARVALHO, 2006, p.3).

Dessa forma, consideramos ser necessária a identificação e compreensão das formas que o indivíduo que possui um déficit age sobre seu ambiente, observando sempre, as suas possibilidades de ação.

A perspectiva vygotskiana, enunciada por Carvalho (2006), considera os aspectos dinâmicos e as possibilidades que se desenvolvem nas diversas relações da pessoa com o mundo, em oposição a uma concepção de déficit intelectual biologicamente definido, estático e irreversível. Dessa forma, a visão empregada à pessoa limitada por uma deficiência se abrange, ao encarar esse sujeito como alguém que possui um processo de desenvolvimento diferenciado.

Esse desenvolvimento, em relação ao meio externo, constitui-se em uma constatare reconstrução da personalidade desse sujeito, reorganizando todas as suas funções e também na formação de processos advindos da própria deficiência. Entende-se dessa forma que, as reais limitações desse indivíduo desempenham uma função no desenvolvimento das suas formas de ação.

As definições de adulto, jovem e criança, também podem ser definidas pela psicologia histórico-cultural. Essas faixas etárias são histórica e culturalmente definidas e não permite uma abordagem mais consistente dos processos de constituição dos seres humano após a infância, como os de construção de conhecimento e aprendizagem nas faixas etárias posteriores.

A abordagem referente ao desenvolvimento e à educação das pessoas que possuem deficiência mental faz-se ainda mais rara. As práticas no campo da educação ainda perpetuam a concepção de estabilidade e ausência de mudanças, numa perspectiva de involução, o que desconsidera o desenvolvimento de cada pessoa em sua singularidade. Essas práticas desprezam as experiências de vida, negam seus esforços de participação social e não reconhecem a possibilidades de atuação dos jovens e adultos.

As considerações acerca da pessoa com deficiência da psicologia histórico-crítica, nos leva a encarar o indivíduo com limitações como um ser portador de possibilidades e de participação nas práticas sociais e de esta dimensão representar seu mundo e a si mesmo.

É observado que embora haja um número crescente de matrículas, as atividades e cuidados não atendem às necessidades desses alunos. Na análise de Arruda, Kassar e Santos (2006) as políticas educacionais inclusivas são elaboradas e desenvolvidas conforme a lógica de mercado e dos processos econômicos e políticos que regem o momento no país. Segundo os pesquisadores:

Qual é a “qualidade” pretendida pelo Estado? Faltaria ao Estado competência técnica para avaliar o impacto de um Programa de Educação Inclusiva? As respostas a essas questões exigem, necessariamente, a compreensão das funções da escola pública contemporânea. Vários autores já discutiram essa questão

(Braverman, 1981; Alves, 2001; Arruda, 2001a, 2001b, 2002) e apontaram que em função de condições históricas do capitalismo monopolista a escola faz um atendimento para atender necessidades específicas (ARRUDA, KASSAR E SANTOS, 2006, p. 10).

Assim, a inclusão de jovens e adultos com deficiência mental na EJA constitui-se um avanço referente às responsabilidades do por público na educação e também na construção social trabalhando pelo reconhecimento da população jovem e adulta. Nesse sentido, o acesso à EJA requer a imputação do estatuto de jovem e adulto à esses sujeitos, considerando a etapa de vida e as necessidades dessas pessoas.

Mediante investigações sobre as carências físicas e psicológicas nos jovens e adultos da EJA são reveladas problemáticas como: baixa motivação, conformismo com a posição de analfabetos, baixa autoestima, problemas físicos da idade e dificuldades na memorização. As características dos jovens e adultos com deficiência mental são semelhantes às dos outros alunos inseridos em turmas de EJA.

A Política Nacional de Educação Especial, Ministério da Educação e do Desporto – Secretaria de Educação Especial, Brasília, (1994, p. 15), caracteriza deficiência mental como um funcionamento cognitivo de modo geral, abaixo da média, devido ao período de desenvolvimento, diretamente associado às limitações referentes a duas ou mais áreas de adaptação e resposta adequada deste indivíduo às necessidades sociais como comunicação, demais habilidades sociais, relacionamento familiar e na comunidade, autonomia nas formas de locomoção, saúde e segurança, desenvolvimento na escola, no lazer e no trabalho.

Autores também afirmam que o conceito de deficiência dependerá também do meio social, dos aspectos legais e administrativos. No meio educacional, a deficiência será encarada como “educável” ou “treinável” e do ponto de vista pedagógico, esses termos são utilizados para caracterizar os graus de deficiência mental. No entanto, para objetivos educacionais, essa classificação não indica claramente quais são os fins da escolarização em relação às limitações intelectuais.

A deficiência mental leve é compreendida como aquela em que os sujeitos adquiriram com atraso a linguagem, eles são independentes quanto ao cuidado pessoal, porém, com um ritmo mais lento. São apresentadas dificuldades na adaptação social que não se evidenciam muito nos ambientes em que se sentem seguros. Devido à limitação nas habilidades acadêmicas necessitam de auxílio nos planejamentos educacionais visando a compensação de seus déficits e se desenvolverem.

O acesso à educação tem como um de seus objetivos instrumentalizar o educando para uma prática social concreta. É importante ressaltar que, nesse processo, o educador deverá proporcionar ao aluno uma relação com os conteúdos estudados mediante dinâmicas e valorizando a sua experiência nas atividades trabalhadas, evidenciando a importância da formação escolar na sua vida cotidiana.

Considera-se o aluno educacionalmente deficiente se seu desvio for de tal tipo e grau que seja empecilho ao seu benefício dos serviços escolares comuns, exigindo dessa forma, serviços e auxílios especiais. É notado que há dificuldades em se caracterizar a deficiência mental e sua implicação prática e essa tendência foi acentuada nos últimos anos, devido aos conceitos de não discriminação.

As classificações de distúrbios de aprendizagem e fracasso escolar muitas vezes, impropriamente, encaminham alunos como deficientes mentais fazendo com que grupos sejam marcados com o estigma da diferença e assim praticamente, excluindo-os do contexto educacional (FONSECA, s/ano, p.23)

É necessário que os educandos com deficiência mental sejam considerados no meio educacional na perspectiva de suas potencialidades de aprendizagem, trabalhando suas condições cognitivas mais positivas à sua aprendizagem visando seu desenvolvimento.

INSERÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO MERCADO DE TRABALHO

Os aspectos culturais de uma sociedade determinam o pensamento e a conduta das pessoas e a forma como se vêem e se valorizam. No mundo profissional, inseridos em um mercado de trabalho altamente competitivo, as pessoas que não se enquadram nos padrões exigidos são excluídos.

Para Miranda (s/ano) a inserção das pessoas com deficiência no mercado de trabalho ainda se constitui em um problema devido à baixa participação destes. No Brasil, a população de deficientes é em torno dos 16 milhões e destes, 9 milhões estão em faixa etária apropriada para o trabalho e no entanto, apenas 2% dessas pessoas estão inseridas no mercado de trabalho formal. Nos países mais avançados esse número fica em torno de 40%.

É necessário repensar os padrões de normalidade e o tipo de ser humano ideal construído pela sociedade. No campo da ciência, as deficiências dizem respeito à limitação de uma ou mais funções do sujeito. Levando esse conceito para a área econômica, refere-se à dificuldade de produção e no âmbito jurídico a deficiência é fixada pela lei.

O decreto nº 3298 de 20 de dezembro de 1999 considera os seguintes indivíduos como portadores de necessidades especiais (PNE's): deficiente físico: modificação completa ou parcial de uma ou mais partes do corpo humano; deficiência auditiva: perda parcial ou total das faculdades sonoras; deficiência visual: acuidade visual menor ou igual que 20/200 avos no melhor olho; deficiência mental: quando o funcionamento mental é expressivamente inferior à média, associando déficits no comportamento adaptativo.

Essa modalidade de ampliação das oportunidades de trabalho é questionada, pois não há informações de países que conseguiram sucesso baseados exclusivamente nesse sistema de inclusão.

A vivência cotidiana comprova que a inclusão é um processo em construção e que a mera inserção dessas pessoas na sociedade acaba prejudicando pessoas talentosas e produtivas, devido à falta de condições necessárias (arquitetura, transporte e comunicação) para a atuação plena na vida cidadã.

É observado que desde as épocas mais remotas da humanidade os sujeitos com deficiência sofrem atitudes de repulsa, estereótipos, preconceitos e discriminação, sendo sempre colocadas à margem da vida social. Há alguns anos, empregar pessoas deficientes era encarado como exploração e as pessoas que o fizessem deveriam ser condenadas por lei. Essas concepções eram fruto de uma política protecionista e também porque as ciências sociais e da saúde ainda não tinham atentado para a possibilidade de esses sujeitos desenvolverem atividades no mundo do trabalho.

Nos dias atuais, os deficientes vêm sendo excluídos do mercado de trabalho devido à falta de escolaridade, falta de qualificação para o trabalho, ausência de reabilitação física e profissional, dificuldade para se locomover e utilizar os meios de transporte e falta de apoio na família. Dessa forma,

Na realidade cotidiana dessas pessoas ainda predomina a dependência econômica (uma vez que a maioria não possui renda própria), o subemprego e a estagnação profissional, fatores que contribuem para que se mantenham a margem da vida nacional, sem chances de participação e estigmatizada (CORREIA, 1990, p.124).

Persiste ainda a problemática de que poucos empregadores têm a disposição em contratar essas pessoas. No mercado de trabalho, as pessoas portadoras de necessidades especiais são os últimos a serem contratados, os primeiros a serem demitidos e a faixa salarial é menor em relação à dos outros empregados (MACIEL, 2002).

No entanto, é notado um movimento em direção à busca da qualidade de vida indicando a necessidade de se pensar o que cada profissional, dentro de sua área de atuação, pode contribuir para a construção de uma sociedade melhor. A busca por esse ideal requer a extinção de todas as manifestações de discriminação e a aceitação da diversidade como base para uma convivência social sadia.

Esse movimento é comprovado pela crescente exigência dos agentes sociais por uma atitude mais ética por parte das instituições e empresas, visando a colocação dos princípios da responsabilidade social na prática.

Para que realmente seja efetivada a inclusão produtiva dos portadores de deficiência é necessário que haja investimentos nesse sentido. Dessa forma, a união de esforços no sentido de que sejam criados novos projetos industriais numa perspectiva inclusiva é uma ótima forma de contribuição para a efetivação da inclusão. O setor industrial é apontado

como o que menos emprega pessoas com deficiência em função dos riscos que se apresentam, supostamente, a essas pessoas.

É um consenso de que existem no Brasil instrumentos legais avançados na asseguaração de direitos ao trabalhador, mas insuficiente na efetivação desses direitos. As estatísticas não demonstram dados seguros em relação às atividades dos deficientes e as estimativas existentes são inespecíficas e pouco claras.

Nesse cenário, vê-se cada dia mais a distância existente entre o que descrito nas leis e o que é praticado na realidade, pois somente as políticas públicas vigentes no país são incapazes de motivar as empresas e desenvolver um espaço maior no mercado de trabalho para os portadores de deficiência. A pouca participação dos deficientes no mercado de trabalho deve-se não a inexistência de leis, mas da ausência de uma fiscalização e de ações, estímulos e instituições que auxiliem de forma real e efetiva, na formação, habilitação, reabilitação e inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho.

A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO DOCENTE NA EJA

A formação do professor vem sendo tema de debates e de preocupação por parte das instituições de ensino, públicas e particulares. Essa preocupação vem da constatação de que a qualidade do processo de ensino-aprendizagem depende da qualidade da formação deste professor e da relação estabelecida entre ele e os educandos.

Sendo a educação de jovens e adultos destinada àqueles que de uma forma ou de outra não tiveram acesso à escolarização na idade adequada, é necessário que o educador compreenda as especificidades e necessidades desse processo de ensino, compreendendo os anseios deste público e tendo preparação necessária para lidar com os sentimentos destes alunos.

As defasagens em relação à formação do professor de Educação de Jovens e Adultos que ainda utiliza em sua prática educacional os mesmos métodos desenvolvidos na educação regular e as poucas pesquisas e discussões relativas à educação de adultos, tanto em relação à formação do profissional, quanto em relação à produção de conhecimentos científicos e espaços de debates dentro das academias para essa modalidade de ensino nos cursos de licenciatura, podem ser entendidas como processos que ainda dificultam uma efetiva formação dos professores para trabalhar com os sujeitos da EJA (BERNARDINO, 2008, p.2).

Nessa modalidade de ensino temos uma clientela bastante heterogênea e diversificada culturalmente e isso requer do professor conhecimentos específicos no tocante à metodologia, aos conteúdos, à avaliação e ao atendimento.

É necessário que esse educador respeite a pluralidade cultural, as questões culturais, suas identidades, os assuntos que envolvem a classe e também conhecer a linguagem dos alunos. Somente considerando essas

dimensões poderemos trabalhar de forma consciente, crítica e criativa, fugindo dos moldes de educação, nos quais a escolarização ocorre de forma mecânica, resumindo-se apenas ao ensino da leitura e da escrita.

Uma nova abordagem vem sendo construída na educação de jovens e adultos, ultrapassando a ideia de uma EJA que se acaba na alfabetização e não se conecta com a educação básica de qualidade. É observado também uma busca pela superação da descontinuidade presente nas ações institucionais e no aparecimento de medidas isoladas e pontuais, que fragmenta e impede a compreensão do desafio existente. (Lopes, 2006).

O desafio que nos apresenta é encaminhar soluções possíveis visando a simplificação do fenômeno do analfabetismo e encarar a alfabetização além da visão de um problema com simples exposições de números e indicadores.

Desse modo, a função reparadora da EJA, no limite, significa não só a entrada no circuito do direito civil pela restauração de um direito negado: o direito a uma escola de qualidade, mas também o reconhecimento daquela igualdade ontológica de todos e qualquer ser humano. Desta negação, evidente na história brasileira, resulta uma perda: o acesso a um bem real, social e simbolicamente importante. Logo, não se deve confundir a noção de reparação com a de suprimento (CEB/CNE, 2000, p. 15).

É preciso conceber a EJA em toda a sua especificidade e diversidade cultural dos sujeitos que constituem esse processo e dessa forma, encarar essa oportunidade como um caminho de transformação nessa área educacional. A educação de jovens e adultos não se resume à uma prática mecânica em que se ensina apenas a ler e escrever o próprio nome, mas sim, o acesso à uma escolarização ampla e de qualidade.

Para que essas dimensões sejam alcançadas é necessário que as atividades sejam contínuas e que os projetos realizados sejam levados a sério, dando uma continuidade nesse processo.

A educação de jovens e adultos deve atentar também para o fato de que esse educando necessita ser inserido no mercado de trabalho e dessa forma, sua função vai além de buscar a redução dos índices de analfabetismo e abrange a preparação dos alunos para o mundo do trabalho, conforme previsto nas diretrizes curriculares da EJA.

A formação do educador ocorre em um processo intermitente e de grande complexidade por estar diretamente interligada às modificações e influências da sociedade. A sociedade influencia inclusive, sua qualidade técnica e profissional que se encontra sempre submetida aos controles sociais pelos dispositivos legais.

Entretanto, o maior controle que existe, e de fato o mais importante, é a consciência do educador que lhe permite refletir sobre o processo de educação, desenvolver seus conhecimentos e atualizar-se sempre, fazendo o esforço de trabalhar as metodologias adequadas ao seu ensino e realizar uma análise sincera de sua realidade pessoal, de seu desempenho.

A educação de jovens e adultos foi vista no decorrer de sua história como uma modalidade de ensino que não requer, de seus professores, estudo e nem especialização, como um campo eminentemente ligado à boa vontade. Em razão disso, são raros os educadores capacitados na área. Na verdade, parece que continua arraigada a ideia de que qualquer pessoa que saiba ler e escrever pode ensinar jovens e adultos, pois ainda existem educadores leigos que trabalham nessa modalidade de ensino, assim como a ideia de qualquer professor é automaticamente um professor de jovens e adultos (GUIDELLI, 1996, p. 126).

A formação continuada docente acontece de duas formas: de forma externa, mediante a participação em cursos de capacitação, aperfeiçoamentos, eventos, leituras, grupos de estudo, dentre outras atividades; e de forma interna, pela autocrítica de cada educador, questionando seu papel na sociedade e como profissional da educação, e se realmente o está cumprindo.

Uma problemática existente na formação do educador é a concepção de autossuficiência, o julgamento de que já se sabe tudo. Essa postura é um grande erro dos docentes, pois a função de educar requer um aperfeiçoamento constante, tanto em relação ao campo intelectual, quanto na sua consciência de ser inacabado e eterno aprendiz.

Estacionar na trajetória profissional, se julgar sabedor de tudo e considerar que não há mais o que acrescentar em seu papel docente, torna inócua a consciência do educador e o transforma em um ser que não progride. Essa progressão não diz respeito somente na aquisição de novos conhecimentos, mas também, na ampliação da própria consciência para as inovações que surgem cotidianamente e repensar a sua metodologia de ensino (LOPES, 2006).

O conhecimento da prática do professor que atua especificamente na educação de jovens e adultos faz-se necessário para a compreensão das especificidades dessa modalidade de ensino e para efetivar intervenções objetivando uma educação de qualidade. É necessário assegurar o acesso, a permanência e a aquisição de conhecimentos básicos para a vida e para o trabalho.

O educador realmente compromissado com sua formação continuada necessita compreender a didática utilizada na EJA e adequá-la às necessidades de seus alunos e da realidade da turma. É preciso conceber o aluno como um ser pensante, repleto de capacidade e habilidades, possuidor de ideias próprias que são apresentadas no dia a dia nas discussões e conversas.

Dessa forma, o educador será mediador e companheiro do aluno, e não o detentor do saber, que se comporta de forma arrogante e inferioriza os educandos. É importante perceber que este aluno tem muito a contribuir no processo de aprendizagem pela ação que exerce no âmbito familiar e social.

Nessa concepção de relação educativa, o aluno perceberá que é um agente ativo no processo educativo, sentindo-se mais interessado e mais

responsável pela sua aprendizagem. Progressivamente esse educando compreende que é responsável pela mudança da sociedade, da sua realidade e esta se inicia na transformação de si mesmo e que a educação é um direito garantido na lei e não um favor ou caridade.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA E EJA

A inclusão de alunos com deficiência sofreu avanços devido ao processo crescente de inclusão. No entanto, é necessário que refletir que somente o processo de escolarização não garante a esses alunos a efetiva participação cidadã, pois a exclusão sofrida por estes é determinada mais pela estrutura social do que pela educação. É de forma lenta que a escolarização vem sendo desenvolvida aos jovens e adultos com deficiência.

A área da educação especial aumentou de forma significativa devido a emergência na sociedade atual da preocupação pelas condições de vida da pessoa com deficiência, pensando nas suas reais possibilidades, concepção essa assegurada também pela legislação que defende a sociedade inclusiva.

O conceito de deficiência modificou-se ao longo da história e desta forma também foi se formando a sua delimitação de exclusão na sociedade. Na Grécia Antiga acontecia o homicídio á essas crianças e era visto como um ritual de purificação da alma em resposta a pecados cometidos pelos antepassados. Na Idade Média com a prevalência da igreja católica, tínhamos de um lado, o acolhimento e auxílio aos deficientes e de outro a concepção de que os próprios indivíduos eram culpados pela sua deficiência (TEIXEIRA D'ÁVILA, 2007).

Já no século XVII essas pessoas ainda viviam de forma isolada e provocava temor e repulsão. No próximo século com a chegada da Modernidade e da industrialização os deficientes eram considerados incapazes de executar operações intelectuais e vistos como inválidos. Iniciando o século XIX com a ciência moderna, foram elaborados estudos a respeito das patologias estabelecendo uma relação direta entre as lesões anatômicas e também observando, descrevendo e classificando o comportamento das pessoas com deficiência.

No século XX avanços significativos foram observados em termos de concepções e novas posturas, impulsionando transformações sociais e preconizando os fundamentos de sociologia como fatores fundamentais no desenvolvimento das condições dos deficientes na sociedade.

Nesse sentido, é necessário observar as mudanças no âmbito das lutas sociais que foram travadas no século XX e que levaram à compreensão desses processos na sociedade e na escola. Essa atitude defensora dos direitos dos deficientes é recente em nossa cultura e ainda se manifesta em atitudes isoladas de indivíduos e grupos (MAZZOTA, 1996). Identificamos os avanços e o reconhecimento dos direitos dos deficientes como dimensões essenciais na formulação das políticas sociais, principalmente nos meados desse século.

No final dos anos 50 a educação especial ganha espaço na política educacional brasileira, porém, devida a falta de informação tornando-se somente um complemento no contexto educacional brasileiro. A educação especial constituiu-se ao longo do tempo com práticas empobrecidas e que continuam estigmatizando e segregando os indivíduos com necessidades especiais.

É inegável também, nesse sentido, que a luta pelos direitos e melhores condições de exercício da cidadania dos deficientes é uma constante e torna-se agora responsabilidade dos movimentos sociais a busca pela efetivação do acesso e da permanência dessas pessoas aos diversos espaços e segmentos sociais, sendo que já existe um grande conjunto de leis que asseguram esses direitos.

Vejamos a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) 9394/96, o capítulo destinado à Educação Especial:

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

[...]

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

II – terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, a aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os super dotados;

III – [...]

IV – educação especial para o trabalho, visando à sua efetiva integração na vida em

sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de

inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins,

[...]

A concepção de educação para todos concebe relações que não discriminam e não desprezam as pessoas devido às suas condições e particularidades, mas sim, integra e busca o acesso dessas pessoas às classes comuns da rede regular de ensino.

Na inclusão educacional todos os sistemas da sociedade incluem essas pessoas, valorizando as diferenças e toda a diversidade humana existente visando a garantia de qualidade de vida e o exercício da cidadania.

Para Mantoan (2005) existem diferenças substanciais entre a integração e a inclusão, pois nessa última perspectiva há a inserção escolar completa e sistemática. Nessa concepção todos os educandos, sem nenhuma exceção, necessitam frequentar o ambiente educacional e no ensino regular.

A inclusão educacional tem por objetivo efetivar um sistema educacional que leve em consideração as necessidades de todos os alunos,

estruturando suas ações e seu ambiente para atendê-las. Nessa perspectiva, acontece um grande impacto na estrutura educacional vigente, pois prevê a extinção dos serviços educacionais que fragmenta e segrega os alunos como turmas especiais, salas de aceleração, reforço escolar, dentre outras.

A educação inclusiva vai requerer transformações na concepção de projeto político pedagógico, de currículo, da relação escola-comunidade, e das formas de ensino-aprendizagem. É mediante a coletividade que haverá a superação desse sistema educacional excludente e que poderemos vislumbrar um ambiente educativo inclusivo e emancipador dos cidadãos.

A ideia de sociedade inclusiva vem requerendo do campo da educação a construção e adoção de novas metodologias e concepções que visem o avanço da sociedade rumo à entendimentos que preparem os indivíduos para viver em uma sociedade democrática, que seja preparado para sua plena atuação cidadã e que seja qualificado para o mercado de trabalho.

A Lei de Diretrizes e Bases (L.D.B.) 9394/1996, expõe a necessidade de desburocratizar a Educação, para promover a descentralização do sistema e imprimir maior autonomia aos estados, aos municípios e às escolas. Essas medidas facilitarão o alcance de alguns objetivos como promover a integração do aluno na rede cultural e tecnológica da atualidade, à medida que procura oferecer condições que potencializem as capacidades individuais e disponibilizem recursos para uma escola mais eficaz (TEIXEIRA D'ÁVILA, 2007, p.11)

Apesar desses avanços em relação à inclusão, nota-se que a inserção de jovens e adultos com deficiência mental é rara e ainda está distante da realidade existente. Na trajetória histórica é observado que as relações sociais são determinadas, em sua maioria, pelo poder econômico e este influencia inclusive na condução das políticas públicas. Dessa forma, ao elaborarem e tentarem efetivar as teorias por meio das políticas públicas posiciona-se fora do contexto real e não permitem que práticas inovadoras sejam implantadas.

As dificuldades existentes na educação de pessoas com deficiência é enunciada na Política Nacional de Educação Especial (1994) que dentre outros fatores destaca: dificuldade na viabilização da permanência dos deficientes pelo sistema de ensino e a falta de critérios para o término da escolarização destes, em especial para os deficientes mentais.

Observa-se que apesar dos avanços no campo dos discursos políticos, as reais condições para a escolarização de pessoas com deficiência ainda encontra muitas dificuldades pelo caminho. Há uma falta de estrutura necessária à asseguaração do acesso, permanência e progressão desse aluno na educação.

A responsabilidade por essa situação é atribuída em diversos momentos aos vários agentes desse processo, aos alunos, professores, técnicos da educação especial, à universidade dentre outros. Entendemos que, cada um desses agentes contribui de determinada forma no desenvolvimento desse processo e dessa forma, seria necessário analisar o

papel de cada um individualmente, considerando logicamente, o todo. Essa análise é importante no sentido que é necessária a transformação de cada um desses agentes que compõe o processo educacional.

Constata-se assim que, essas dificuldades encontradas no campo educacional serão superadas quando todos os agentes educacionais respeitarem e reconhecerem as diferenças existentes entre as pessoas como um determinante de modificações nas concepções e práticas educativas.

Observa-se que na educação de jovens e adultos com deficiência mental existem dois aspectos significativos: um é visto dentro de uma perspectiva especial e outro encarado dentro de uma concepção de ensino igualitário e democrático. Sabe-se que os jovens e adultos com deficiência mental são tratados como crianças em seu aspecto cognitivo, mas suas características e necessidades são muito diferentes seja nas dimensões intelectuais, seja nos aspectos físicos e emocionais.

O aluno com deficiência mental carrega em sua bagagem pessoal conhecimentos, hábitos e habilidades que foram construídos ao longo de sua experiência de vida e estes elementos se manifestam quando se inicia o processo de escolarização e de construção da leitura e escrita. Vê-se nesse sentido, que o aluno já possui um conjunto de ideias sobre os usos e funções desse processo de escolarização.

O processo de escolarização desenvolverá nesses alunos as percepções, o poder da escolha e a autonomia que eles possuem em atuar e formar sua individualidade, suas atitudes e pensamentos, perante a sociedade inclusive (FONSECA, s/ano).

No processo enunciado, é necessário que o educador leve em consideração as características e especificidades do aluno com deficiência mental, desenvolvendo sua noção de membro da sociedade, que é detentor de conhecimentos próprios que foram adquiridos mediante sua ação social e que apesar das limitações existentes, ele possui capacidade necessária para ler de forma crítica essa realidade, construir conhecimentos, apreender informações e construir ideias.

Essa escolarização não exclui o trabalho sistematizado e o desenvolvimento dos conteúdos, pois é observado que as dificuldades apresentadas por esses alunos nas matérias escolares, na leitura, escrita, cálculos matemáticos são bem semelhantes às dos demais alunos.

O sentido encontrado nessa escolarização será obtido se o educando conseguir desenvolver mais que o ato mecânico de juntar letras, mas sim, quando ele aumentar suas habilidades de compreensão, elaboração e manejo de sua própria atividade e motivar-se para realizar transformações em si mesmo e no meio em que vive.

O processo educacional das pessoas com deficiência mental ocorre quando ele se vê agindo sobre o meio e transformando e em outro sentido também, com o meio transformando mudanças nelas. Esse processo necessita oferecer condições para que essas pessoas se sintam realmente agentes integrantes da sociedade.

É indispensável a escolaridade mínima para a inserção no mundo do trabalho e para a atuação cidadã, dessa forma é necessário investir na continuidade desse educando ao ensino fundamental e isso também significativa dizer que é fundamental a realização de investimentos e para isso temos o FUNDEF – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério. Nesse sentido, vemos que os incentivos à EJA são escassos devido à uma cultura de não valorização dessa modalidade de ensino.

Uma análise interessante no processo de ensino-aprendizagem em adaptação ao aluno com deficiência mental, é que os demais alunos jovens e adultos, que participassem desse processo de escolarização se beneficiariam também em sua aprendizagem. As especificidades do aluno com deficiência mental exigem do educador atenção e planejamento que por sua vez, necessita ser organizado e realizado de forma contínua e mais lenta. É importante desenvolver atividades que apresentem diversidade de situações e oportunidades para aplicar as habilidades que foram aprendidas.

Entendemos, dessa forma, a prática pedagógica da educação de jovens e adultos, e atendendo também os alunos com deficiência mental, apesar de obedecer a uma lógica do contexto escolar, visará desenvolver, sobretudo as interações sociais e as construções intelectuais, a partir das necessidades e especificidades dos educandos.

Nessa concepção, o deficiente mental passa de ser inválido e incapaz para a de indivíduos repleto de possibilidades. Essas possibilidades são observadas na construção da autonomia, vista na formação de ideias, posturas e atitudes perante a sociedade.

Dessa forma, compreendemos que a escolarização de jovens e adultos com deficiência mental vem acontecendo de forma lenta e que a prática pedagógica mesmo que dentro de uma metodologia fragmentada e tradicional, vem proporcionando a apropriação da leitura e da escrita nesses educandos, causando a ampliação e enriquecimento da vida pessoal e social destes.

Nota-se também o aumento da consciência social, das concepções de jovem e adulto, da garantia de direitos, da transformação de tendências pedagógicas e da revisão das estruturas escolares tradicionais, modificando as formas de organização do espaço e tempo escolar. O desafio do sistema educacional é o de pensar propostas pedagógicas concebendo a diversidade existente na sala de aula como um instrumento de promissores processos de aprendizagem e de desenvolvimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observando a trajetória da Educação de Jovens e Adultos percebe-se que é uma modalidade de ensino que progressivamente ganhou espaço no cenário e na política educacional. Nesse cenário, as variações existentes durante o percurso da EJA demonstram que ela está diretamente ligada às

transformações políticas, econômicas e sociais, que caracterizaram os diversos momentos históricos do país.

No contexto de conquistas da Educação de Jovens e Adultos vemos iniciativas nacionais, movimentos internacionais e organizações que contribuíram de forma significativa, reconhecendo os trabalhos que estavam sendo desenvolvidos no Brasil e estimulando a criação de programas nacionais de educação dos adultos analfabetos.

Atualmente, com as novas tecnologias, a exigência por mão-de-obra qualificada para o mercado de trabalho tornou-se uma exigência assegurar a escolarização de toda a população. Além disso, a migração das famílias que viviam na zona rural para os centros urbanos auxiliou no aumento dessa exigência, pois a economia, que era predominantemente agrícola, passou a se concentrar nas atividades de indústria e comércio.

Ao reconhecer o analfabetismo como uma problemática devido ao crescimento do mundo social, econômico e com os avanços tecnológicos, aumentou na população o sentido de obrigação em procurarem a educação como meio de obtenção de emprego e de ascensão econômica e social. Além desse fator, temos como característica básica desse crescimento, as transformações ocorridas no mercado de trabalho passaram a requerer conhecimentos e habilidades específicas para uma maior escolarização. Essa situação exige que as pessoas voltem à escola básica para se atualizarem e adquirirem um diploma.

Sua função de instrumentalizar os indivíduos que não puderam estudar em idade apropriada para a leitura e a escrita, mantem-se até os dias atuais tentando minimizar a complexidade desse ato educativo. Cabe à Educação de Jovens e Adultos favorecer ao educando o acesso à uma ampla escolarização e sua atuação consciente e crítica na sociedade, e não apenas ensiná-lo a ler e escrever.

Esse processo de ensino-aprendizagem ativo vai exigir do educador um planejamento contínuo de atividades além disso, projetos integrados, trabalhando conhecimentos e práticas visando a inserção desse aluno no mercado de trabalho.

Como postura essencial para o desenvolvimento pleno desses processos tem a contribuição dos governantes, criando e implementando políticas articuladas para a Educação de Jovens e Adultos; da escola, trabalhando na realidade dos alunos, mediante projetos pertinentes e integrados; dos professores, preocupados com a formação continuada e com a constante atualização de seus conhecimentos; da sociedade, desenvolvendo iniciativas para promover a solidariedade e minimizando a discriminação dessa modalidade de ensino e também das pessoas que convivem ou conhecem um adulto ou jovem analfabeto, incentivando-o a procurar uma escola e valorizar a educação em sua vida.

Comumente o aluno que frequenta a EJA é portador de uma baixa autoestima e sente-se envergonhado de ter parado de estudar ou nunca ter tido acesso à escolarização, sem contar, no medo de ser encarado como ridículo e encarar situações adversas e desconhecidas. Além disso, o

cansaço e demais preocupações do mundo adulto, contribuem para o desânimo e desistência nos estudos.

Nesse contexto de desvalorização, a EJA é um modo de promover a inclusão e possibilitar a garantia dos direitos e deveres desses cidadãos que estiveram marginalizados pela sociedade. O acesso à educação e inserção no mercado de trabalho é direito do cidadão.

Em relação à inserção dos portadores de deficiência mental no âmbito educativo e no mundo do trabalho vemos que diversos fatores influenciam as relações com o mundo desse jovem e desse adulto. Destaca-se nesse cenário o empenho desses indivíduos para ampliarem suas chances de participação social e de acesso à educação como espaço e instrumento para a ampliação dessa inclusão, no sentido de entendermos os processos de integração e práticas sociais, em especial, no segmento da educação.

O movimento a favor da inclusão auxiliou na ampliação do acesso de jovens e adultos com deficiência mental e comprova-se isso no aumento significativo nas matrículas realizadas e nas iniciativas no campo das políticas.

De modo geral, vêm-se avanços consideráveis no âmbito da EJA inclusive para os deficientes mentais. Entretanto, há muito ainda o que percorrer no caminho da valorização desses indivíduos, em relação à garantia do acesso e da permanência no processo de escolarização, estimulando a participação social efetiva destes e a sua inserção no mercado de trabalho e na continuidade do processo de ensino.

REFERÊNCIAS

ABRANTES, W. M. **A didática da educação básica de jovens e adultos: uma construção a partir da prática do professor**. Rio de Janeiro, 1991. 241p. Dissertação (Mestrado) Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

ARBACHE, A. P. B. **A formação do educador de pessoas jovens e adultas numa perspectiva multicultural crítica**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro. Papel Virtual Editora, 2001.

ARRUDA, E. KASSAR, M. C. M. SANTOS, M. M.. **Políticas de inclusão: o verso e o reverso de discursos e práticas**. Trabalho apresentado no Encontro Nacional de Pesquisa em Educação Especial. 2006.

BERNARDINO, A. J. **Exigências Na Formação Dos Professores De EJA**. Anais da ANPED Sul, Itajaí, SC, 2008.

BRASIL, Ministério de Educação e do Desporto. **Política Nacional de Educação Especial**. Brasília: MEC, 1994.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação - 9394/96**. Brasília: MEC, 1996.

CARVALHO, M.F. **Educação de jovens e adultos com deficiência mental: inclusão escolar e constituição dos sujeitos.** Horizontes, v. 24, n.2, p. 161-171, jul./dez., 2006.

CAVALCANTI, M. **O que dá certo na educação de jovens e adultos.** Revista Nova Escola On Line, 2007. Disponível em: www.cereja.org.br/.../meirecavalcanti_oque_da_certo_eja.pdf Acesso em: 28 de maio de 2010.

CORREIA, C. **A integração do deficiente ao mercado de trabalho: uma conquista social.** Serviço Social & Sociedade. São Paulo, v. XI, n. 34, p. 119-134, dez. 1990.

FONSECA, M.V. **Educação De Jovens E Adultos E Alunos Com Necessidades Educativas Especiais: Versões E Inserções.** S/ano. Disponível em: www.unibanco.com.br/arq/publicacao/int/.../pes_case2_mirella.pdf Acesso em: 07 de junho de 2010.

GÓES, M. C. RAFAEL, A. L. F. (Org.). **Políticas e práticas de educação inclusiva.** Campinas: Autores Associados, 2004.

GUIDELLI, R. C. **A prática pedagógica do professor do ensino básico de jovens e adultos: desacertos, tentativas, acertos...** São Carlos, 1996. 137 p. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal de São Carlos.

LOPES, S.P e SOUSA, L.S. **EJA: Uma Educação Possível Ou Mera Utopia?** Revista Alfabetização Solidária (Alfasol), Volume V, setembro, 2005. Disponível em: www.cereja.org.br/pdf/revista_v/Revista_SelvaPLopes.pdf Acesso em: 01 de junho de 2010.

MACIEL, Maria Regina Cazzaniga. **Portadores de deficiência: a questão da inclusão social.** 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/spp/v14n2/9788.pdf> Acesso em: 07 de junho de 2010.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? Por que? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2005.

MAZZOTA, Marcos. **Educação escolar: comum ou especial.** São Paulo: Pioneira, 1996.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. **Referenciais para formação de professores.** Brasília. A Secretaria, 1999.

MIRANDA, C.R. **Oportunidades De Trabalho Para Portadores De Deficiência.** S/ano. Disponível em: www.saudeetrabalho.com.br/download/oportunidades-miranda.doc Acesso em: 09 de junho de 2010.

PACHECO, H. P. **Educação Inclusiva Na EJA: Uma Experiência Na Escola Municipal Vasco Pinto Da Fonseca.** IV Seminário Internacional Sociedade Inclusiva. Belo Horizonte: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2006.

PASTORE, J. **Oportunidades de trabalho para portadores de deficiência.** São Paulo: LTr, 2003.

PINTO, Álvaro Vieira. **Sete Lições sobre Educação de Adultos.** 11 Edição. São Paulo. Cortez, 2000.

PORCARO, R.C. **A História da Educação de Jovens e Adultos no Brasil.** S/ ano. Disponível em: www.dpe.ufv.br/nead/docs/ejaBrasil.doc Acesso em: 02 de junho de 2010.

TEIXEIRA D'ÁVILA, L.L. **A Inclusão Do Aluno Com Cegueira Na EJA: Metodologias Adequadas Ao Aprendizado Da Leitura E Escrita.** Centro Federal De Educação Tecnológica Do Ceará – CEFETCE. Trabalho de Conclusão de Curso. Fortaleza, CE: 2007.